

DO PRESÍDIO DA TRAFARIA À PRISÃO PARAÍSO: INTERAÇÕES ENTRE OCUPAÇÕES CULTURAIS E O PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Ana Carolina Louback Lopes

Centro de Estudos Sociais, Faculdade de Economia - Universidade de Coimbra
(Bolsa de Investigação para Doutoramento FCT)

Contato: a.loubacklopes@gmail.com

Resumo

Este ensaio busca explorar as possibilidades e desafios em jogo na ativação do patrimônio histórico por ocupações culturais. O objetivo está em avaliar a contribuição específica da cultura e das artes enquanto dinamizadoras de um processo de construção sociocultural em torno do patrimônio. Ao situar o resgate da memória não enquanto fim, mas sim parte da trajetória de um lugar que segue a delinear a sua história, a ativação cultural abre espaço para a reformulação simbólica do patrimônio construído. No entanto, se, de um lado, ocupações culturais oferecem possibilidades à conservação do patrimônio e à preservação da memória, tais arranjos podem tangenciar riscos. A reflexão apresentada baseia-se no caso da Prisão Paraíso, ocupação cultural promovida pelo coletivo Ensaios e Diálogos Associação - EDA no Presídio da Trafaria, em Portugal, entre 2014 e 2019.

Palavras-chave: ocupações culturais; patrimônio cultural; ativação patrimonial; Presídio da Trafaria

FROM PRISON OF TRAFARIA TO PARADISE PRISON: INTERACTIONS BETWEEN CULTURAL SQUATTERING AND THE HISTORICAL HERITAGE

Abstract

This essay seeks to explore the possibilities and challenges related to the activation of historical heritage by cultural squatting. The goal is to evaluate the specific contribution of culture and the arts as dynamizers of a process of sociocultural construction around heritage. By placing the rescue of memory not as an end, but as part of the trajectory of a place that continues to

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 16, n. 31, jul. - dez. 2022.
ISSN: 1982 -193X



outline its history, cultural activation opens space for the symbolic reformulation of the built heritage. However, if, on the one hand, cultural squatterings offer possibilities for heritage conservation and the preservation of the memory, such arrangements can also involve risks. The reflection is based on the case of Prisão Paraíso (Paradise Prison), a cultural squatting promoted by the collective Ensaios e Diálogos Associação - EDA at the Prison of Trafaria, in Portugal, between 2014 and 2019.

Keywords: cultural squatting; cultural heritage; heritage activation; Prison of Trafaria

A Trafaria é uma antiga vila de pescadores na região metropolitana de Lisboa, que abriga, segundo o Censo de 2011, uma população de 5.696 habitantes. Em ponto central do povoado está situado o antigo Presídio da Trafaria, conjunto arquitetônico que carrega forte herança histórica e simbólica, fruto de um passado vinculado a memórias de isolamento, encarceramento e punição. Associado a importantes eventos que marcaram a história política e militar do país, o conjunto foi desativado na década de 1980, permanecendo fechado por anos. Após um longo período de abandono, o Presídio da Trafaria passou a acolher, a partir de 2014, uma ocupação cultural¹. Conduzido por um coletivo multidisciplinar, o novo uso viria não só a reabrir as portas do conjunto arquitetônico, como dar espaço a um processo de resgate das memórias locais e releitura das narrativas em torno do sítio histórico e de sua “memória difícil”.

Partindo da compreensão do patrimônio cultural como um processo dinâmico, cuja reformulação simbólica pode representar um fundamental caminho para a preservação de sua memória, este ensaio procura avaliar as possibilidades e desafios da ativação patrimonial por ocupações culturais. Considerando o patrimônio tangível e o intangível como faces de um mesmo processo sociocultural, a aposta está na capacidade de engajamento comunitário como estímulo a um processo de reconhecimento e valorização do patrimônio – um patrimônio vivido. O caso apresentado é o da Prisão Paraíso, projeto promovido pelo coletivo Ensaios e Diálogos Associação - EDA no Presídio da Trafaria, a partir da ocupação cultural do conjunto arquitetônico, entre os anos de 2014 e 2019.

¹ O termo “ocupação cultural” refere-se à apropriação de imóveis sem uso por grupos artísticos e culturais, com vistas à ativação do uso do espaço por meio de práticas de criação, produção e difusão artística.

Do antigo presídio à Prisão Paraíso

Há quem defenda que o nome Trafaria derive de “tarrafa”, método de pesca típico utilizado no local, enquanto outros sugerem uma combinação de “trafa” (ponta), termo de origem islâmica, e arena (areia), de origem latina, o que remeteria ao contexto geográfico da vila, configurada como uma “ponta de areia” (Francisco Silva In ALMEIDA, 2019, p. 7). Se, por um lado, a origem do topônimo é incerta, por outro, é fato que à geografia da Trafaria está atrelada parte de sua história.

Situada no encontro do Rio Tejo com o mar, na margem oposta à cidade de Lisboa, a Trafaria assumiu historicamente duas funções primordiais em relação à capital: a de defesa e a de “depósito” do que não se desejava ter na cidade (LEAL, 2014). A origem da ocupação da Vila da Trafaria remonta às rotas comerciais do Atlântico, as quais levaram à construção, em 1565, do Lazareto da Trafaria, um espaço destinado a receber viajantes e mercadorias que chegavam por mar, para que ali fizessem uma quarentena antes de acessar a cidade de Lisboa. Ao edifício, seriam agregados, em 1678, a Ermida de Nossa Senhora da Saúde – que tanto acolhia os moradores quanto prestava assistência aos confinados – e, em 1683, o Forte de Nossa Senhora da Saúde da Trafaria. Durante o século XVIII, o Lazareto passou a abrigar, além das quarentenas, presos condenados ao degredo. Embora a função prisional tenha se acentuado durante a Guerra Civil Portuguesa (1832 – 1834) – chegando a gerar a superlotação do espaço –, com a vitória dos liberais, o Lazareto-Presídio foi desativado. Após abrigar diversas funções provisórias, de local de suporte à atividade pesqueira e viveiro de plantas a habitação particular, em 1908, o conjunto arquitetônico passou por uma contundente remodelação, para então dar lugar à construção do Presídio da Trafaria.

Fundado sob memórias simbolicamente negativas, o novo presídio viria a consolidar o papel da vila como lugar de reclusão, encarceramento e exílio. Com a implantação da República (1910), o Presídio da Trafaria passou a receber presos civis e militares acusados de crimes políticos, processo que se acentuou com o estabelecimento do Estado Novo (1933 – 1974), regime ditatorial que perdurou em Portugal por 41 anos. Com o fim do período autoritário, o edifício seguiu como presídio militar até 1981, a partir do que passou por décadas de abandono, até que, em 2000, fosse adquirido pela Câmara Municipal de Almada, município ao qual está vinculada atualmente a Vila da Trafaria.

A história do Presídio da Trafaria está, portanto, particularmente relacionada à memória política de Portugal. Embora do ponto de vista material não se trate de um sítio com notável valor arquitetônico – sendo a Ermida o ponto de maior interesse –, é inegável seu papel na preservação da memória não só daquele povoado, como também da história do país. No entanto, apesar do reconhecimento pelo município de Almada da importância histórica do sítio, pouco foi feito por sua proteção. Em 2012, um pedido de classificação patrimonial do conjunto “Forte de Nossa Senhora da Saúde da Trafaria/ Presídio Naval da Trafaria/ Capela de Nossa Senhora da Saúde” foi protocolado em âmbito nacional², contudo a documentação segue em estudo. Atualmente o conjunto é composto por 7 edifícios, de diferentes épocas, incluindo a Ermida da Nossa Senhora da Saúde, edificação que mantém melhor preservadas suas características originais, apesar do acentuado estágio de degradação.

Em termos da gestão territorial, a Trafaria, embora decretada freguesia³ do município de Almada em 1926, configurou-se como um território de pouca visibilidade e baixo investimento por parte do estado. Se por um lado, a posição geográfica permitiu o desenvolvimento das atividades piscatória e balnear ao longo das primeiras décadas do século XX, a construção de um Terminal Cerealífero, em 1980, de dimensões destoantes com a escala do povoado, somada a obras viárias que privilegiaram o acesso turístico às praias da Costa Caparica, situadas mais adiante, fizeram da vila da Trafaria uma região isolada e pouco atrativa, dado o difícil acesso, assim como os impactos sonoros, ambientais e paisagísticos no local (COSTA, 2019; MALTY, 2017). Embora alguns empregos tenham sido gerados localmente pela nova atividade econômica, o contexto foi de precarização e informalidade. Em paralelo, a própria atividade pesqueira, característica da vila, foi significativamente afetada, dando espaço a um cenário socioeconômico de forte fragilidade.

Diante desse quadro, em 2011, a Câmara Municipal de Almada subscreveu praticamente todo o perímetro da Vila da Trafaria como Área de Reabilitação Urbana (ARU), um instrumento

² O processo pode ser encontrado em http://monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=32962.

³ A classificação “freguesia” equivale, em Portugal, à menor divisão administrativa. São subdivisões obrigatórias dos municípios (concelhos). As freguesias são geridas por uma Junta de Freguesia, que é eleita de forma indireta, e contam com orçamentos próprios.

urbanístico instituído em 2009 no país, que prevê uma intervenção integrada em áreas indicadas pelas gestões municipais, “em virtude da insuficiência, degradação ou obsolescência dos edifícios, das infraestruturas, dos equipamentos de utilização coletiva e dos espaços urbanos e verdes de utilização coletiva” (IHRU, 2019a). A partir do instrumento, foram atribuídos incentivos aos proprietários para a realização de obras de melhoria nos edifícios, com o objetivo, segundo o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana – IHRU, de “além de reabilitação do edificado, *proteger e promover a valorização do património cultural* e ainda incentivar a fixação da população jovem” (IHRU, 2019b, grifo meu).

Apesar do incentivo a particulares, pouco se fez pelos espaços públicos. À ausência de ações locais mais incisivas, somou-se a perda de poder político, com a integração, em 2013, da Freguesia da Trafaria à Freguesia da Caparica. Ao passarem ambas a compor a União das Freguesias de Caparica e Trafaria, com sede na Caparica, há perda de autonomia e redução dos investimentos no local (PCP, 2015). É em meio a esse cenário de pouco interesse por parte do estado, que ganha destaque um perfil específico de agentes locais, que são as atividades associativas, particularmente aquelas ligadas à cultura.

O associativismo no município de Almada é uma “marca” local reconhecida e já bastante estudada (MALHEIRO, 1996; SILVA; RAMALHETE, 2019). O município abriga um amplo leque de associações, muitas das quais ligadas à cultura, algumas delas centenárias, como a Sociedade Filarmônica Incrível Almadense, fundada em 1848. Na mesma toada, o associativismo na Trafaria surgiu ainda no início do século XX, também muito atrelado à cultura, tendo por uma das associações mais emblemáticas a Sociedade Recreativa Musical Trafariense, fundada em 1900 e ainda ativa. Dentre as diversas associações culturais presentes no território, duas acabaram por se fixar especificamente no Presídio da Trafaria: A Tarrafa - Associação Cultural e Recreativa da Trafaria, entidade voltada à preservação das marchas populares, e a EDA - Ensaios e Diálogos Associação, cuja atuação fundamenta este ensaio.

A chegada da EDA à Vila da Trafaria antecede a estadia no Presídio. Ainda em meados de 2014, após alguns trabalhos na Cova do Vapor – povoado vizinho à Vila da Trafaria –, a associação participou da revitalização da Biblioteca da Trafaria, um espaço público então desocupado. Ali desenvolveram o projeto “(Re)Descobrir a Trafaria”, em parceria com o Museu da Pessoa, no Brasil, que buscava a “valorização do património arquitetónico da vila da Trafaria

[a partir] dos testemunhos da memória colectiva dos seus habitantes” (EDA, [S.d.]). Portanto, foi na sequência de relações já estabelecidas com o território que, ainda em 2014, a associação foi convidada pelo município de Almada a elaborar uma proposta de ativação cultural para o Presídio da Trafaria.

Embora em termos formais o processo tenha encontrado entraves que inviabilizaram sua oficialização, em termos práticos a associação viria a se estabelecer no local a partir de sucessivas parcerias pontuais, que se prolongariam até 2019. A essa ocupação cultural – informal, embora consentida – deu-se o nome de “Prisão Paraíso”: um processo de reflexão e ativação voltado a “pensar e projetar coletivamente um possível futuro para o Antigo Presídio da Trafaria” (EDA, [S.d.]).

A Prisão Paraíso

Prisão Paraíso foi um processo participativo assente na liberdade criativa que envolveu e respeitou a realidade local, contribuiu para o seu desenvolvimento social e ambiental, criou experiências culturais e apelou à democratização dos espaços públicos. (EDA, [S.d.])

A programação da Prisão Paraíso teve início com a performance colaborativa “Opereta A Mar”. Concebida pela artista espanhola Loreto Martínez Troncoso, a partir de uma residência artística, a Opereta A Mar propunha criar, junto à população local, uma opereta. A partir de um convite aos moradores e associações locais para integrarem a equipe artística, foram promovidas atividades de recolha de material (sonoro, visual, memórias, etc), workshops de escrita criativa, improviso, música, e, desse processo, foi constituído o elenco da performance: “[A equipe] é feita de músicos amadores e profissionais, de curiosos, de pessoas que nunca pensaram estar aqui, numa capela escura a rir, a gritar, a viver histórias de outros” (MOUTINHO, 2014). Como resultado de um processo coletivo de meses, o jardim do antigo Presídio foi aberto ao público em 21 de dezembro de 2014, em virtude do espetáculo, depois de décadas fechado.

Que espaço (possível) existe para as nossas palavras? (...) A Opereta A Mar deu voz aos habitantes ao mesmo tempo que criou uma musicalidade inspirada na paisagem sonora do local. (EDA, [s.d.])

Na sequência da Opereta A Mar, uma série de outros projetos vieram a compor a Prisão Paraíso. Em 2016, numa parceria com o festival Hallo Festspiele e no contexto da Trienal de Arquitetura

de Lisboa, foi implementado o laboratório de ativação cultural “Hallo: Plataforma Trafaria”, a partir do qual 58 pessoas em residência – entidades, moradores, artistas e convidados internacionais – foram convidadas a reabilitar um dos edifícios do Presídio, assim como o pátio, que se encontrava em completo abandono. Do laboratório resultaram diversos outros projetos: a “Rádio Trafaria” (2016), “um instrumento de coesão social” a partir do qual atores locais e convidados externos encontraram-se para pensar o futuro do Presídio (EDA, [S.d.]); a “Oficina de Carpintaria do Gato Morto” (2016), voltada à produção de mobiliário, mas também à capacitação da população local interessada; o “Projeto Jardim” (2017), uma horta experimental que visava abastecer a cozinha comunitária e integrar a população local; além de espaços de trabalho e a instalação da própria sede da EDA (COSTA, 2019; MALTY, 2017).

Com a Plataforma Trafaria, o Presídio permaneceu aberto ao público por algumas semanas. Projeto integrante da programação, a exposição “O Presídio e a Trafaria: 450 anos de História nas antigas celas do Forte-Presídio da Trafaria”, além de permitir que a população local estabelecesse uma maior relação com o espaço interior do edifício, conferiu ao património local alguma visibilidade na mídia:

Ao longo do edifício e das celas que constituem o núcleo do forte-presídio, tivemos oportunidade de contactar com um percurso expositivo que, através de referências históricas, documentais e iconográficas, nos elucidou sobre a origem do património histórico-militar edificado, das dinâmicas económicas, locais e religiosas que fizeram, e fazem, desta localidade da margem sul do Tejo, um local singular para muitos portugueses. (OLIVEIRA, 2020)

Ao longo dos anos seguintes, foram vários os projetos realizados no local. Se, por um lado, muitos deles surgiram de propostas externas à Trafaria, por vezes vinculadas a entidades e artistas internacionais, nota-se um constante intuito em atrelar os projetos ao património e ao contexto local. Um exemplo seria o projeto Cinemar (2018), um cinema itinerante construído em parceria com o coletivo francês Collectif ETC a partir de uma oficina aberta à comunidade que, além de envolver a população na produção do mobiliário, buscou conectar a programação de filmes à rotina da população local, trazendo o tema do mar e da pesca (MOUTINHO, 2018). Já o projeto Refugium (2019), uma residência artística que acolheu no Presídio nove artistas alemães de diferentes disciplinas, propôs como parte da residência o desafio de ali criarem “um ambiente de trabalho acolhedor que, simultaneamente, homenageasse este espaço” (EDA, [S.d.]).

Se, por um lado, a ocupação promovida pela EDA não tinha o anseio – nem as condições necessárias – para promover uma reabilitação física do imóvel, por outro, foi capaz de reinseri-lo simbolicamente no tecido urbano, a partir da sua presença nas dinâmicas culturais locais. Como avalia a pesquisa de Costa (2019) em torno do associativismo na Trafaria, tais atividades possibilitaram aproximar o Presídio da população local, permitindo que o conjunto arquitetônico não mais representasse “apenas uma memória, um equipamento histórico devoluto”, mas passasse sim “a ser parte integrante da vida dos habitantes” (COSTA, 2019, p. 20).

Do tangível ao intangível

Como coloca Dina Bakhoun, “há um lugar onde o tangível encontra o intangível, que é o patrimônio vivido” (BAKHOUM, 2021, tradução minha). O processo de ocupação cultural do Presídio da Trafaria retrata esse encontro: a partir da reocupação do edifício não só se abre espaço ao resgate das memórias que compõem a história do lugar, como cria-se a possibilidade de uma reformulação simbólica de um patrimônio cultural vinculado a uma “memória difícil” (CYMBALISTA, 2017). No trajeto do Presídio da Trafaria à Prisão Paraíso, o espaço da reclusão, da exclusão e do esquecimento é revisitado para passar a abrigar referências de liberdade, de integração e de memória. Ao se resgatar a história do edifício e de seu papel na trajetória política do país, resgata-se também as origens invisibilizadas de todo um povoado, a partir do que se fortalecem os vínculos de identidade do território.

A conservação de bens patrimoniais de memória difícil é um tema por si controverso. Como aponta Meskell (2018), no âmbito das nomeações a Patrimônio Mundial, são poucos os casos de inscrições baseadas em aspectos negativos do patrimônio, “ainda que tais sítios tenham sido incluídos desde o início da Convenção” (MESKELL, 2018, p. 149, tradução minha). Para além de alguns exemplos emblemáticos como a Ilha de Gorée, porta de saída do tráfico de escravos no Atlântico, o campo de concentração nazista de Auschwitz-Birkenau e o Memorial da Paz de Hiroshima, são raras as inscrições de sítios com histórias de dor e violência. Em torno desses processos, paira o debate acerca do como e se tais sítios merecem ser lembrados ou esquecidos.

Um caso recente no que toca à inscrição de patrimônios de memória difícil é a candidatura a Patrimônio Mundial da Escuela de Mecánica de la Armada - ESMA, na Argentina. Incluída na Lista Indicativa do Comitê de Patrimônio Mundial da Unesco em 2017, a justificativa de Valor

Ponta de Lança: Revista Eletrônica de História, Memória & Cultura, São Cristóvão, v. 16, n. 31, jul. - dez. 2022.
ISSN: 1982 -193X

Universal Excepcional menciona ser este “um testemunho físico e material da violação dos direitos humanos [que] serve como condenação, prova e evidência dos atos de terrorismo cometidos” (UNESCO, 2017, tradução minha). A ESMA, inaugurada em 1946, abrigou, entre 1976 e 1983, o Centro Clandestino de Detenção, Tortura e Extermínio (CCDTyE), estrutura de repressão utilizada pela ditadura argentina, responsável pelo desaparecimento, tortura e morte de cerca de 5.000 homens e mulheres e pelo desaparecimento de cerca 500 bebês.

A indicação da ESMA a Patrimônio Mundial suscitou farta polêmica em torno do que se deve ou não preservar. Se, por um lado, há quem defenda o direito ao esquecimento de tal memória (BANCHÓN, 2021), por outro, a campanha pela inscrição baseia-se na crença de que a nomeação pela UNESCO representaria um reconhecimento internacional de que houve terrorismo de estado na Argentina: “a memória como um meio para chegar à justiça e não à repetição” (ESPACIO MEMORIA, [S.d.], tradução minha). Importa mencionar que o processo de candidatura é resultado de um amplo trabalho participativo, conduzido pela organização comunitária Espacio Memoria, entidade com representação do estado e da sociedade civil que, além de manter o conjunto aberto à visitação, desenvolve atividades culturais e educativas com escolas, associações, familiares de vítimas da ditadura e comunidade em geral, com foco na consolidação de uma cultura democrática e na promoção dos direitos humanos.

Tanto o caso da ESMA quanto do Presídio da Trafaria apontam para um debate comum aos lugares de memória difícil que é a preservação do patrimônio a partir de dinâmicas que se contraponham a sua memória: “Lugares de memória difícil e de resistência que se tornam, assim, lugares de consciência em busca de um presente e de um futuro mais justos” (MACHADO E SILVA; OLIVEIRA TOURINHO, 2019, p. 119). Como aponta Ricoeur (2007), trata-se de preservar o rastro – o tangível – para, a partir dele, tecer as representações da história no presente – o intangível: “nada melhor do que o testemunho e a crítica do testemunho para dar crédito à representação historiadora do passado” (RICOEUR e colab., 2007, p. 293).

Ao tratar da relação entre o passado que se herda e o futuro que se ambiciona, o sociólogo Carlos Fortuna (1997) sugere a noção de destradicionalização. Longe de representar uma negação do passado, a noção que se propõe parte do “reconhecimento de que nem a tradição nem a inovação existem sob forma absoluta”. Nesse contexto, a destradicionalização é referida

enquanto um balanço capaz de agregar ao que haja de inovador na tradição, elementos “futurantes”, “de modo a construir um presente plausível, nem utópico nem derrotista” (FORTUNA, 1997, p. 226) . Em um processo que o autor classifica como uma “conservação inovadora do elemento tradicional”, a memória deixa de compor apenas uma leitura do passado, para integrar uma narrativa do que no presente se propõe para o futuro.

Partidário da importância dessa leitura dinâmica da história, Hassan (2021) enfatiza o potencial das artes no processo de reconhecimento e recriação do que valorizamos como patrimônio. O projeto “Egypt’s Living Heritage: Community Engagement in Re-creating the past”, coordenado por Hassan na cidade do Cairo, exalta o papel das artes como instrumento de releitura e ressignificação do patrimônio histórico em formatos contemporâneos e contextualmente situados. A partir do convite a diversos artistas do país, o projeto, além de promover o resgate do passado histórico e das culturas locais, estimulou o engajamento comunitário, provocando novas leituras em torno do patrimônio. Parte do mesmo projeto, a exposição “Memorabilia” resgatou objetos comuns, sem específico valor histórico, que pertenceram a famílias que habitaram o local, para, a partir deles, tecer uma “outra” história do lugar: “the tangible of the intangible” (HASSAN, 2021).

Em um paralelo com a atuação da EDA no Presídio da Trafaria, interessa notar que tais intervenções permitem somar camadas à memória do lugar, de modo a promover uma leitura menos estática e hegemônica do passado e com vistas a construir um projeto coletivo de futuro, no qual o bem patrimonial não figure como um fato isolado, mas sim parte integrante de um processo histórico e da construção de uma memória coletiva do lugar. Nesse sentido, a ruína “desaparece enquanto coisa para se converter em testemunho cultural, mensagem e imaginário” (LACROIX, 2007 In FORTUNA; RIBEIRO, 2019, p. 35).

Assim como as artes podem configurar importante elemento de mediação entre população local e patrimônio, as condições de institucionalidade também podem impactar nesse processo. Guarnacci (2021), ao relatar os desafios no envolvimento de grupos marginalizados em sítios atingidos por conflitos e tragédias, aponta, citando Douglass North, para o fato de que instituições informais tendem a dialogar mais fielmente com a cultura do território do que estruturas formalizadas. Segundo o pesquisador, enquanto instituições formais baseiam-se nas regras legais, instituições informais tendem a priorizar normas socialmente instituídas, do que

deriva uma maior capacidade de engajamento comunitário e, conseqüentemente, maiores chances de sobrevivência do projeto.

No entanto, se, por um lado, ocupações culturais oferecem possibilidades à conservação do patrimônio que vão de sua ativação à ressignificação simbólica, tais arranjos podem tangenciar alguns riscos. Retomando o caso específico da ocupação da EDA, vale destacar dois pontos fundamentais.

Do ponto de vista do tangível, embora a ocupação cultural tenha revertido o cenário de abandono do edifício e inclusive promovido o acesso da população ao sítio histórico, é preciso enfatizar a importância de um projeto mais robusto de recuperação e preservação do legado arquitetônico. Ao permitir que informalmente uma associação cultural ocupe um edifício de valor histórico, o estado acaba por terceirizar sua gestão e manutenção, mas sem resguardar os meios para que este terceiro a concretize. Por sua vez, uma associação cultural que não seja a concessionária legal do patrimônio é incapaz proceder aos trâmites legais para sua reabilitação, para além do desafio financeiro da intervenção. Ademais, um projeto de tal monta extrapola a escala do edifício. A requalificação de um conjunto histórico de tal porte demanda fundamentalmente uma intervenção integrada ao planejamento urbano da cidade, encarada não só como um projeto de restauro e conservação do patrimônio edificado, mas sim de gestão das dinâmicas urbanas de uma forma mais ampla (BANDARIN; OERS, 2012).

Do ponto de vista do intangível, o caso da Prisão Paraíso instiga a pensar as complexidades do processo de ativação do patrimônio cultural pela via artística, no qual as estruturas de mediação passam a constituir elementos particularmente definidores da intervenção. Embora a arte figure como um interessante dispositivo de diálogo, o envolvimento de artistas estrangeiros e o acolhimento de projetos internacionais caminha num limite tênue entre a preservação e a apropriação cultural. Como coloca Zanirato (2018) ao tratar da ativação patrimonial, a abertura à sociedade consiste em elemento fundamental na garantia da relação entre patrimônio e identidade. Mais do que fontes de informações, é preciso que a comunidade local seja envolvida enquanto agente na construção de soluções acerca da proteção da memória e do patrimônio em causa.

Considerações finais

Embora o patrimônio histórico remeta ao passado enquanto testemunho, a sua conservação integra um projeto de futuro: “O patrimônio só existe no tempo presente, porque é no presente que decidimos sobre o passado e sobre o futuro” (BONOMO, 2021, tradução minha). A ocupação cultural do Presídio da Trafaria retrata esse encontro entre memória e representação, para então propor uma reformulação simbólica. Em um trajeto do tangível ao intangível, atribui camadas de memória à representação histórica, garantindo sua conservação não pelo congelamento do patrimônio, mas sim por sua capacidade de adaptação às estruturas sociais contemporâneas (BANDARIN; OERS, 2012).

O caso da Prisão Paraíso traz para esta discussão três pontos fundamentais acerca do papel das ocupações culturais na conservação do patrimônio. O primeiro remete à capacidade da cultura e das artes em, ao mesmo tempo, resgatar a memória do lugar e ressignificar sua materialidade. Por se tratar especificamente de um patrimônio de memória difícil, tal constatação torna-se ainda mais explícita. Do Presídio da Trafaria à Prisão Paraíso, a história da reclusão e da violência é contada pela lente da liberdade, da criação e da partilha.

O segundo ponto refere-se ao envolvimento da comunidade. Ao ser convidada a integrar um projeto com o qual é possível dialogar, no qual reconhece suas referências culturais e suas histórias, a população local passa não só a oferecer suas memórias individuais, mas a fazer parte da construção e preservação de uma memória coletiva. Nesse sentido, o patrimônio cultural cumpre seu papel como testemunho do passado e, ao mesmo tempo, torna-se parte do processo de construção do presente.

O terceiro ponto refere-se à relação da institucionalidade com a ativação do patrimônio. Diferente do que acontece com instituições formais, que se baseiam em regramentos legais, instituições informais – no caso, as ocupações culturais – tendem a se fundar em um conjunto de normas socialmente instituídas. Com isso, abrem espaço para projetos mais afinados às realidades locais e, por isso, com maior probabilidade de apropriação e continuidade.

Após 5 anos no Presídio da Trafaria, a Prisão Paraíso foi encerrada no final de 2020, com a concessão do conjunto arquitetônico do Presídio da Trafaria à Universidade Nova de Lisboa. A concessão do imóvel visa à instalação do Instituto de Artes e Tecnologias – IAT, projeto

encarado pelo governo municipal como “uma oportunidade de desenvolvimento para a localidade” (RITO, 2020). Apesar da concessão do conjunto por 50 anos, caberá à municipalidade a missão de restaurar o Edifício das Celas, o qual deverá ser convertido, “em articulação com o programa museológico e em diálogo com a comunidade e a história locais” (RITO, 2020), em um espaço de memória aberto ao público. Na mesa está, portanto, um processo de institucionalização do patrimônio construído, cujos resultados, quem sabe, alimentarão um próximo ensaio.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Mariana Paiva de. **O património como estratégia de revitalização**. Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura – Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2019. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.5/19859>>.

BAKHOUM, Dina. Reflections on the ‘authentic’ and the ‘modern’ of architectural and urban palimpsests: case studies from Egypt. In: **New Heritage Approaches, Session 11: Integrity and Authenticity**. Conferência Online: Our World Heritage, 14 Jun 2021. Disponível em: <https://www.ourworldheritage.org/nha_s11/>. Acesso em: 19 jan 2022.

BANCHÓN, Mirra. ESMA: ¿Sitio de la verdad o patrimonio de la humanidad? **DW**, Publicação digital, 21 Abr 2021. Disponível em: <<https://www.dw.com/es/esma-sitio-de-la-verdad-o-patrimonio-de-la-humanidad/a-57279635>>.

BANDARIN, Francesco; OERS, Ron Van. **The historic urban landscape: managing heritage in an urban century**. Chichester, West Sussex, UK: Wiley Blackwell, 2012.

BONOMO, Umberto. The common space. The future of common space in modern housing. In: **New Heritage Approaches, Session 12: Modern, Contemporary, and Future Heritage**. Conferência Online: Our World Heritage, 14 Jun 2021. Disponível em: <https://www.ourworldheritage.org/nha_s12/>. Acesso em: 19 jan 2022.

COSTA, Carolina Pacheco. **Intercâmbios entre as artes e a arquitetura: Os movimentos associativos e ações participativas na Trafaria**. Dissertação de Mestrado Integrado em

Arquitetura – ISCTE-IUL, Lisboa, 2019. Disponível em:

<<http://hdl.handle.net/10071/20204>>.

CYMBALISTA, Renato. Lugares de memória difícil: as medidas da lembrança e do esquecimento. In: CYMBALISTA, R.; FELDMAN, S.; KÜHL, B. M. (Org.). **Patrimônio cultural: memória e intervenções urbanas**. São Paulo: Annablume, 2017. p. 231–236.

EDA. **Ensaio e Diálogos Associação - EDA**. Página Institucional. Disponível em: <<https://eda.pt>>.

ESPACIO MEMORIA. **Candidatura Patrimônio Mundial de UNESCO**. Página Oficial do Projeto. Disponível em: <https://www.espaciomemoria.ar/candidatura_patrimonio_unesco/>.

FORTUNA, Carlos. Destradicionalização e Imagem da Cidade: O Caso de Évora. In: FORTUNA, C. (Org.). **Cidade, cultura e globalização: ensaios de sociologia**. Oeiras [Portugal]: Celta Ed, 1997. p. 226–249.

FORTUNA, Carlos; RIBEIRO, António Sousa. **Simmel: A Ruína**. [S.l.]: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2019.

GUARNACCI, Ugo. Heritage at risk: who is sensitive about gender-sensitive Approaches for disaster & conflict management in Indonesia? In: **New Heritage Approaches, Session 18: Heritage of the Marginalized**. Conferência Online: Our World Heritage, 17 Jun 2021. Disponível em: <https://www.ourworldheritage.org/nha_s18/>. Acesso em: 19 jan 2022.

HASSAN, Fekri. Heritage for life – Egypt’s living heritage community engagement in re-creating the past project. In: **New Heritage Approaches, Session 06: Living Heritage: linking tangible and intangible heritage**. Conferência Online: Our World Heritage, 9 Jun 2021. Disponível em: <https://www.ourworldheritage.org/nha_s06/>. Acesso em: 19 jan 2022.

IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. **Áreas de Reabilitação Urbana - O que são**. Página Governamental. Disponível em:

<<https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/area-de-reabilitacao-urbana>>.

IHRU, Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. **ARU da Trafaria**. Página Governamental. Disponível em: <<https://www.portaldahabitacao.pt/web/guest/consulte-as-arua#/arusInfo>>.

LEAL, Carlos Barradas. **OuTrafaria**. Trafaria: Junta da União das Freguesias de Caparica e Trafaria, 2014.

MACHADO E SILVA, Mariana Busson; OLIVEIRA TOURINHO, Andréa De. Lugares de memória difícil em São Paulo: reconhecimento de valor nas políticas de preservação do patrimônio cultural. In: **arq.urb**, n. 25, p. 1–21, 25 Mai 2019.

MALHEIRO, José. **Associativismo popular: originalidade do povo português**. Almada, Portugal: Câmara Municipal de Almada, 1996.

MALTY, Larissa dos Santos. **Participação Social Decorrente da Implantação de Megaprojetos em Pequenas Comunidades: o caso da Trafaria, estuário do rio Tejo**. 2017. Tese de Doutoramento em Ecologia Humana – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2017.

MESKELL, Lynn. **A future in ruins: UNESCO, world heritage, and the dream of peace**. New York, NY: Oxford University Press, 2018.

MOUTINHO, Vera. Nasceu um cinema itinerante na Trafaria que sonha percorrer as vilas piscatórias do país. **Público**, Publicação digital, 12 Out 2018. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2018/10/12/culturaipsilon/noticia/nasceu-um-cinema-itinerante-na-trafaria-que-sonha-em-percorrer-as-vilas-piscat-1847298>>. Acesso em: 22 jul 2021.

MOUTINHO, Vera. O mar nunca cala, fala sempre. Esta opereta também. **Público**, Publicação digital, 20 Dez 2014. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2014/12/20/culturaipsilon/noticia/o-mar-nunca-cala-fala-sempre-esta-opereta-tambem-1680038>>. Acesso em: 22 jul 2021.

OLIVEIRA, Rafael. Trafaria: uma viagem pela história do forte-presídio. **Sapo**, Publicação digital, 1 Out 2020. Disponível em: <<https://viagens.sapo.pt/viajar/viajar-portugal/artigos/trafaria-uma-viagem-pela-historia-do-forte-presidio>>.

PCP, Partido Comunista Português. **PROJECTO DE LEI N.º 992/XII/4ª: Criação da Freguesia da Trafaria, no Concelho de Almada, Distrito de Setúbal**. Página institucional. Disponível em: <<https://www.pcp.pt/criacao-da-freguesia-da-trafaria-no-concelho-de-almada-distrito-de-setubal>>. Acesso em: 22 jul 2021.

RICOEUR, Paul e colab. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: UNICAMP, 2007.

RITO, Francisco Alves. Forte da Trafaria renasce como centro de artes e tecnologias da Universidade Nova de Lisboa. **Público**, Publicação digital, 9 Set 2020. Disponível em: <<https://www.publico.pt/2020/09/09/local/noticia/forte-trafaria-renasce-centro-artes-tecnologias-universidade-nova-lisboa-1930995>>. Acesso em: 22 jul 2021.

SILVA, Francisco; RAMALHETE, Filipa. Associativismo, Identidade e Território no Concelho de Almada. In: MARQUES, C. A. (Org.). **Planeamento Cultural Urbano em Áreas Metropolitanas**. Casal de Cambra [Portugal]: Caleidoscópio, 2019.

UNESCO. **ESMA Site Museum - Former Clandestine Centre of Detention, Torture, and Extermination**. Página Institucional. Disponível em: <<https://whc.unesco.org/en/tentativelists/6248/>>. Acesso em: 22 jul 2021.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Patrimônio e identidade. In: **Revista CPC**, v. 13, n. 25, p. 7–33, 24 Set 2018.

Recebido em 24- 08- 2022

Aprovado em 16 - 01 - 2023